

DECISÃO IMPUGNAÇÃO

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2023

EDITAL Nº 133/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO TÉRMICO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CONTAMINADOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DE RESÍDUOS CONTAMINADOS DOS SERVIÇOS DE EXUMAÇÃO DE CADÁVERES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

DOS FATOS

Trata-se da análise da impugnação ao Edital em epígrafe interposta tempestivamente pela empresa BIOTRANS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no ME sob o CNPJ nº. 20.289.535/0001-31, sediada à Avenida do Algodão, nº. 504 – Galpão 02, Loteamento Industrial Salto Grande I, na cidade de Americana, Estado de São Paulo – CEP 13.474-780.

A empresa BIOTRANS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. alega, em suma, que o edital omitiu a informação de periodicidade de coleta e a quantidade de insumos a ser fornecida por ponto de coleta, considerando que este custo, deve ser contabilizado na composição de preço de atendimento.

Pugna ainda pela modificação do edital no que se refere:

- I) Autorização da Subcontratação de tratamento e disposição final dos resíduos, ampliando a partição de empresas no certame;
- II) Alteração da referida licença de operação de Tratamento dos resíduos do processo de incineração, para abarcar outros processos;
- III) Da retificação do Alvará de Localização, para Alvará de funcionamento;

Argumenta em suma, que é admissível a subcontratação parcial, especificamente de serviços secundários no caso do tratamento e da destinação final, cuja execução por terceiro não implica em qualquer risco à contratante, solicitando a retificação do edital, para abertura deste item.

Quanto a licença de operação de Tratamento dos resíduos do processo de incineração, alega em suma que no referido edital, os resíduos são separados por lote, sendo lote 01 para resíduos de exumação e lote 02 para resíduos de serviços de saúde, solicita informações, do motivo de estar no rol de documentos para habilitação técnica item 10.4, no sub-item c), como condição de habilitação, que a licitante apresente apenas a **licença de operação de coleta, transporte e tratamento para o processo de incineração**. Ou seja, alega que mesmo estando em lotes separados, e podendo a empresa participar em todos ou quaisquer lotes (item 8.1.1.1), o referido edital está autorizando somente o processo de incineração para tratamento de todos os resíduos a serem coletados, tanto lote 01 quanto lote 02, o que pode acarretar a limitação de empresas participantes do certame.

Por fim, solicita a retificação do edital, para que possa corrigir item 10.4 “j”, alterando a nomenclatura que consta no edital como “Alvará de Localização” para “Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura do município onde está instalada a empresa”, podendo assim, empresas de outros estados a participarem do certame.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O referido edital regula o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2023, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2023, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO TÉRMICO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CONTAMINADOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DE RESÍDUOS CONTAMINADOS DOS SERVIÇOS DE EXUMACÃO DE CADÁVERES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, conforme descrição constante do Anexo I do Edital.

DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Baseado no parágrafo segundo do art. 41 da Lei 8.666/93, pode-se constatar que as impugnações foram feitas tempestivamente, uma vez que a empresa BIOTRANS encaminhou, por e-mail, no dia 13 de julho do corrente ano. Vejamos o que o referido dispositivo legal, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder

a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

DO MÉRITO

É cediço que a inclusão de cláusulas e/ou especificações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação é vedado. Assim, deve ser verificado se a exigência a ser colocada não restringe a competitividade do certame.

De modo que, tendo em vista a discricionariedade da Administração Pública em fazer as exigências necessárias a melhor compra ou contratação, somos do entendimento que a Administração poderá exigir o que lhe convier, desde que não haja restrição indevida da competitividade ou direcionamento do certame.

Vejamos o que dispõe a Lei 8666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

Nesse viés, o Pregoeiro encaminhou a impugnação à Secretaria Municipal de Saúde, a qual manifestou-se da seguinte forma:

Ofício 016/2023

Assunto: Informação (PRESTA)

Data: 28 de Julho de 2023

Paulo Roberto da Silva Junior

Chefe de Seção

Gerência de Compras e Licitações

Prefeitura Municipal de Extrema-MG

Venho por meio de este responder ao questionamento PREGÃO PRESENCIAL 096/2023, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO TÉRMICO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CONTAMINADOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DE RESÍDUOS CONTAMINADOS DOS SERVIÇOS DE EXUMAÇÃO DE CADÁVERES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

Conforme abaixo:

I) Autorização da Subcontratação de tratamento e disposição final dos resíduos, ampliando a participação de empresas no certame;

Quanto à questão da subcontratação, a permissão da prefeitura nessa etapa de tratamento (que é a mais complexa do ponto de vista técnico, e mais rigorosa do ponto de vista ambiental), seja feita por empresa subcontratada, não podendo haver à garantia da qualidade do serviço prestado.

A terceirização do tratamento, por óbvio seria uma "quarteirização" da destinação final no aterro, já que para a destinação final, somente será encaminhado o resíduo após tratamento. Assim, a prefeitura estaria aceitando a contratação de uma empresa que sequer teria qualquer vínculo com a licitante, o que também é temerário.

Outra questão é que os tribunais de contas restringem o valor máximo a ser aceito em caso de subcontratação dos serviços.

Assim, tendo o contrato, a rigor 3 etapas, e sendo que a de maior complexidade (e por consequência custo) é a de tratamento, é fato que a permissão de subcontratar o tratamento E a destinação final dos resíduos, implicaria em subcontratar a maior parcela do contrato, o que afronta as regras das licitações, que permitem a subcontratação de parcelas de menor complexidade e custo.

II) Alteração da referida licença de operação de Tratamento dos resíduos do processo de incineração, para abarcar outros processos;

À questão da licença de operação exigir incineração, isso se deve ao fato de que, ainda que uma parte dos resíduos gerados pela prefeitura possa ser tratada com outras tecnologias, como autoclavagem, uma parte significativa precisa

obrigatoriamente ser incinerada, por força da legislação. Um exemplo são os resíduos do grupo B, ou medicamentos vencidos, que precisam obrigatoriamente ser incinerados.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabeleceu regras nacionais sobre acondicionamento e tratamento do **lixo hospitalar** gerado – dá origem ao destino (aterramento, radiação e incineração). Estas regras de **descarte** devem ser seguidas por hospitais, clínicas, consultórios, laboratórios, necrotérios e outros estabelecimentos de saúde. Independente de incineração, aterramento e radiação todos os descartes são necessários as licenças. Tratamento (Incineração) ou destino final (Aterro).

III) Da retificação do Alvará de Localização, para Alvará de funcionamento;

Conforme consta em Edital no item:

j) Alvará de Localização; o mesmo é subentendido como Alvará de funcionamento no estado de São Paulo que é emitido pela Prefeitura de Americana-SP como consta endereço da Matriz da empresa.

Atenciosamente,

Luciano de Oliveira
Supervisor Financeiro

CONCLUSÃO

Ante o exposto, recebemos a impugnação apresentada pela empresa **BIOTRANS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**, acatando a manifestação técnica da Secretaria Municipal de Saúde, para no mérito, **CONCEDER-LHES PROVIMENTO PARCIALMENTE** e, assim, retificar **em partes** o Edital do Pregão Presencial nº 096/2023 visando incluir expressamente as exigências complementares, nos seguintes termos:

Fica alterada a cláusula 10.4 “J” do Edital, conforme segue:

Onde se leu:

10.4 DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

j) Alvará de Localização;

Leia – se:

10.4 DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

j) Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura do município onde está instalada a empresa.

Em relação a periodicidade de coleta e a quantidade de insumos a ser fornecida por ponto de coleta, informamos conforme segue:

A coleta é feita semanalmente nos locais de grande volume, quais sejam: hospital, sala de vacina e algumas unidades de ESF. Já nas demais unidades, a coleta é realizada a cada 15 dias.

Apresentamos na planilha abaixo, o consumo do lixo hospitalar de janeiro a julho 2023, a média de gasto mensal por unidade e o número de visitas por localidade:

Resíduo	Vol.	Un. Med.
Resíduos de Serviços de Saúde classificados como Subgrupo A2, conforme ANVISA RDC 222/18 - Contempla os resíduos código 180105(*) conforme IBAMA 13/2012.	1.300,800	kg
896 -Resíduos de Serviços de Saúde classificados como Subgrupo A4, conforme ANVISA RDC 222/18 - Contempla os resíduos códigos 180107(*), 180108(*), 180109(*), 180110(*), 180111(*), 180112(*), 180113(*) e 180114(*) conforme IBAMA 13/2012	15.360,800	kg
Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares micropipetas lâminas e lamínulas espátulas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outras similares, conforme ANVISA RDC 222/2018 - Contempla o resíduo código 180401(*) conforme IBAMA 13/2012	3.400,300	kg
Resíduos de Serviços de Saúde classificados como Grupo B, conforme ANVISA RDC 222/2018 - Contempla os resíduos códigos 180201(*), 180202(*), 180203(*), 180204(*), 180205(*), 200131(*) e 200132 conforme IBAMA 13/2012	13.259,600	kg
Resíduos de Serviços de Saúde classificados como Subgrupo A1, conforme ANVISA RDC 222/18 - Contempla os resíduos códigos 180101(*), 180102(*), 180103(*) e 180104(*) conforme IBAMA 13/2012	12,000	kg
Resíduos de Serviços de Saúde classificados como Subgrupo A3, conforme ANVISA RDC 222/18 - Contempla os resíduos código 180106(*) conforme IBAMA 13/2012	229,700	kg

ID Cliente	Cientes	Visitas Jan a Jul	Média visita mês	Volume Jan a Jul	Média kg mês	Un. Med.
1358	CANIL MUNICIPAL	19	2,71	1.310,000	187,143	kg
1355	(ESF TENENTES) Unidade: Lazarina Galera de Toledo	43	6,14	120,000	17,143	kg
1353	TENENTES II	29	4,14	131,000	18,714	kg
1356	(UBS LAVAPÉS) Unidade: João Cândido de Brito	35	5,00	476,000	68,000	kg
1372	PSF VILA RICA	30	4,29	169,000	24,143	kg
1357	ALMOXARIFADO CENTRAL	18	2,57	12.594,000	1.799,143	kg
1370	PONTE NOVA	32	4,57	192,000	27,429	kg
1352	ESF MATÃO	31	4,43	40,000	5,714	kg
1366	FARMÁCIA DE MINAS	32	4,57	662,000	94,571	kg
10283	Psf Agenor	26	3,71	94,000	13,429	kg
10146	PSF Morbidelli	24	3,43	60,000	8,571	kg

1373	UBS SÃO CRISTOVÃO	41	5,86	131,000	18,714	kg
1359	CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	19	2,71	26,000	3,714	kg
1364	ESF VILA ESPERANÇA	33	4,71	233,000	33,286	kg
10097	ESF Morbidelli e EMAD	21	3,00	310,000	44,286	kg
10991	EMAD - SAE CTA	14	2,00	37,000	5,286	kg
1368	MANTIQUEIRA	32	4,57	159,000	22,714	kg
1369	VACINA	84	12,00	2.195,000	313,571	kg
1362	ESF CENTRO I	42	6,00	120,000	17,143	kg
1354	(ESF ROSEIRA) - Unidade: Letícia Domenicalle	29	4,14	205,000	29,286	kg
1351	ESF GODOI	23	3,29	66,000	9,429	kg
1367	HOSPITAL DE EXTREMA	62	8,86	14.501,000	2.071,571	kg
1361	ESF BELA VISTA	55	7,86	223,000	31,857	kg

Ficam mantidas inalteradas a demais cláusulas do Edital.

E, conforme art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, que determina “qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido”, fica designado para o dia **17 de agosto de 2023, às 09:00 horas (horário local)**, a nova data da sessão de abertura e julgamento dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

Extrema, 04 de agosto de 2023.

Carlos Alexandre Morbidelli
Pregoeiro
Decreto nº 3.087 de 04 de janeiro de 2017